

***Revista de História das Ideias*, “Culturas de Género”, vol. 41, 2ª Série, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2023, 386 p.**

Foi recentemente publicado o último número da *Revista de História das Ideias*, relativo ao ano de 2023, subordinado ao tema Culturas de Género. Constituindo uma das publicações mais antigas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e uma revista académica de impacto e de influência no panorama nacional das revistas de história, este 41º número trata de um tema de grande interesse e atualidade, sendo a problemática central colocada em perspetiva histórica, de longa duração, desde o século XVI ao século XXI. Coordenado cientificamente por Isabel Mota, docente da mencionada Faculdade, visa-se, neste volume, apreender “a natureza [...] complexificadora e problematizadora deste domínio de estudos e o modo como mobiliza alguns dos aspetos mais dinâmicos do desenvolvimento contemporâneo da História e da Historiografia” (p. 10). A questão assim colocada revela uma pertinente operacionalidade de análise e empenho em salientar os impactos históricos das questões de género.

Com efeito, o conceito de género, como categoria de análise, veio renovar a ciência histórica e alterar as formas da sua abordagem. Tendo surgido, de um modo desafiador, nos anos oitenta do século XX, impulsionado por movimentos de mulheres e perspetivas feministas que interrogavam a invisibilidade e a subordinação das mulheres ao longo da história, o conceito repousa na distinção entre o sexo como característica fisiológica e o género como o conjunto dos traços comportamentais e das convenções sociais, arbitrariamente construídas com base nas diferenças sexuais.

É precisamente a partir dessa década que, mercê sobretudo dos estudos e reflexões das historiadoras Joan Scott e Gisella Bock, entre outras, se inicia a aplicação do conceito de género à historiografia, passando a funcionar como uma grelha de leitura científica e fazendo avançar novas linhas de pesquisa, que obrigaram a reavaliar “as grandes questões da história”, conferindo espessura problematizante, partindo-se do pressuposto de que a diferença de sexos não é apenas um fenómeno natural mas uma construção cultural e histórica.

Numa obra relativamente recente, de 2019, intitulada *Women’s History at the Cutting Edge* (London, Routledge), as suas autoras, as historiadoras Karen Offen e Chin Yan, afirmam que a “história das mulheres e do género está na vanguarda da investigação porque permite um desenvolvimento revolucionário no conhecimento historiográfico”, sendo um dos setores mais dinâmicos da

investigação histórica à escala internacional. Esta área de estudos tem tido, nos últimos anos, grande desenvolvimento, como bem assinalou Isabel Mota, tendo o conceito de género passado a constituir uma categoria de análise tão importante para os estudos históricos quanto os conceitos de classe, de etnia e/ou de raça, de grupo etário e, segundo alguns historiadores dos nossos dias, também o de geração. Este impulso reflete-se no aumento de publicações em várias línguas, de grande heterogeneidade teórica, feministas ou outras, na sua expansão marcada pela abertura à história global e transnacional, em particular à forma de reler as relações entre colónias e impérios, metrópoles e subúrbios, como um meio de captar as “vozes e os corpos dos outros” e, sobretudo, as relações de dominação sob o prisma do género.

Este dinamismo abriu também caminho aos estudos da masculinidade, da transexualidade, sobretudo sob o impacto das teorias *queer*. A intersecção entre história do género, da sexualidade e do corpo, com perspetivas pós-coloniais ou transnacionais, tem permitido aprofundar os estudos, desconstruir categorias consideradas universais, e, muito em particular, alargar os espaços geográficos e as temporalidades de análise, incorporando-se nos trabalhos produzidos os impérios coloniais ou outros.

De um modo geral, os impérios foram mais tardios a serem estudados sob o ponto de vista da história das mulheres e do género, embora se trate, na atualidade, de uma área do conhecimento bastante aprofundada e vinculada aos rumos da história global. Tem-se assim avançado para dimensões comparativas e transnacionais que têm obrigado a problematizar a circulação de pessoas e de ideias, bem como a miscigenação de culturas e de políticas.

É, por conseguinte, sobre este dinâmico setor da investigação histórica que o volume da *Revista de História das Ideias* versa.

Com 386 páginas, o presente número, de 2023, da *Revista de História das Ideias* apresenta um dossier temático, constituído por dez artigos, redigidos por onze investigadores e/ou docentes universitários. Completa o volume uma secção intitulada *Vária*, com cinco estudos sobre temas diversos, o editorial e uma rubrica de recensões críticas. Neste número colaboram cerca de duas dezenas de especialistas vinculados a múltiplas universidades e instituições do ensino superior bem como a unidades de investigação nacionais e estrangeiras, de Espanha, do Brasil e do Equador. No volume optou-se pela pluralidade de perspetivas teóricas, pela interdisciplinaridade, pela multiplicidade de fontes historiográficas, pelas diacronias alargadas como forma de superar as visões de pequenas parcelas isoladas.

O dossier temático abre com um estudo de Ana Isabel Buescu sobre o processo de execução da rainha Ana Bolena, 2ª mulher de Henrique VIII, rei

de Inglaterra, no ano de 1536, acusada de traição, de adultério, de incesto e de feitiçaria, tendo por base uma carta-memorial de um português em Londres, que se transcreve na íntegra, cuja identidade não foi possível apurar. O autor dessa carta faz uma descrição circunstanciada dos acontecimentos, em particular da decapitação, a que demonstra ter assistido presencialmente, redigindo um texto de grande intensidade dramática e que constitui um relevante testemunho histórico. Esta morte teve grande impacto em toda a Europa, assistindo-se, “com assombro”, à decapitação de uma rainha e à rutura da monarquia inglesa com a Santa Sé, tendo sido, como afirma a autora do artigo, “um processo que contribuiu para transformar o rosto de Inglaterra na Época Moderna”.

Centrando-se no século XVII, o artigo de Ronaldo Vainfas intitulado “Misticismo, sexualidade e relações de gênero no quietismo radical de Miguel de Molinos” reflete sobre a doutrina do teólogo do século XVII que viu os seus escritos serem difundidos por Roma para depois serem condenados pela Santa Sé. Centra-se nas suas interpretações da fé, em particular em matérias de natureza sexual e na desculpabilização dos pecados, aspetos considerados heréticos. Distingue também a doutrina das práticas heréticas, tomando por base de pesquisa os processos inquisitoriais, de inícios do século XVIII, do chamado grupo molinosista de Viseu. A análise demonstra como as ideias-força do teólogo Miguel de Molinos “favoreceram as mulheres como diretoras de consciência” e, muito em particular, como a doutrina da desculpabilização foi valiosa para o sexo feminino, acusado, como diz o autor, “de serem lascivas desde Eva, na teologia cristã” (p. 60).

Érica Lopo de Araújo e Alexandre Rodrigues de Souza exploram a trajetória ascensional, no século XVII, do Conde de Óbidos, fortemente influenciada pelos elementos femininos do seu grupo familiar, no texto intitulado “Mães e esposas: gênero e relações familiares na ascensão política de D. Vasco de Mascarenhas (1635-1655)”. A partir do entendimento do casamento como “um contrato de investimento” e recorrendo aos meios de que dispunham, inclusive direitos de intervenção legal, em questões de propriedade, as mulheres do seu círculo familiar desenharam o futuro deste elemento da nobreza, o que permitiu a sua ascensão social, acesso a riqueza e a perpetuação da casa fundada pela família, como esclarecem os autores deste artigo (p. 84). Um texto que mostra, de forma inequívoca, a importância da cultura de gênero na condução do destino de um elemento da família, através de uma complexa inter-relação entre os objetivos sociais e políticos que se visavam alcançar.

Sob o título “Black pearls in little Africa: women of colour in Tejuco village, Brazil in the eighteenth century”, Junia Ferreira Furtado aborda o processo de organização do espaço geográfico do arraial de Tejuco, em Minas

Gerais, atualmente a cidade de Diamantina, sob o ponto de vista das categorias analíticas de género e classe, cruzando-as com questões de natureza colonial. Tomando por base de pesquisa mapas e recenseamentos setecentistas, a autora escalpeliza a localidade, acompanhando o seu povoamento rua a rua, casa a casa, reconstituindo a composição de cada agregado doméstico sob vários fatores diferenciadores (a cor, o género, o acesso à liberdade...). Marcado por uma grande heterogeneidade social, o povoado reflete, na sua geografia urbana, o processo ascensional de escravos à condição de libertos, o que determinou a forte presença de mulheres de cor, sobretudo africanas, como chefes de residência. Tal situação viria a influenciar, de modo decisivo, a trajetória do centro urbano, no tocante aos padrões de ocupação do solo e da posse da propriedade, e definindo, de uma forma precisa, o carácter do arraial de Tejuco como “a pequena África”.

Centrando-se no século XIX, Diana Tavares da Silva, no texto intitulado *A Gazeta das Damas (1822) e o estatuto ambíguo da cidadania feminina na 1ª metade do século XIX*, convida-nos a refletir sobre o conceito de cidadania feminina no alvor do liberalismo. Partindo de uma asserção mais alargada desse conceito, não o restringindo ao quadro da tradição liberal e republicana que o associa ao direito de voto, a autora avança para uma interpretação pouco convencional na investigação histórica e que se materializa em outras formas de intervenção na sociedade vintista. O seu estudo toma, como base de pesquisa, a análise discursiva de um periódico que foi criado com o propósito de “instruir as leitoras nos negócios políticos”, dando-lhes a conhecer os debates parlamentares e as discussões que dominavam a política nacional, já que, no nosso país, por ser considerado espaço masculino, a galeria pública da Câmara dos Deputados era interdita às mulheres. Embora o diretor do periódico, Caetano António de Lemos, tenha procurado criar com a revista um sugestivo marco inclusivo, não obstante circunscrever as mulheres ao papel de meras observadoras, como refere a autora deste estudo, os valores dominantes sobre a condição feminina votaram o periódico ao descrédito e à crítica social, tendo sido extinto. Tratou-se, no entanto, ao tempo, de uma singular e criativa etapa na construção da identidade feminina primo-oitocentista.

O texto redigido por Jacqueline Moraes de Almeida sobre *Limites e possibilidades do feminismo português na primeira década do século XX, a partir da análise de Alma Feminina*, avança em termos cronológicos e problematiza o feminismo da revista fundada, em 1907-1908, por Virgínia Quaresma, a carismática primeira jornalista profissional portuguesa. Procura também recuperar as vozes das autoras que publicaram no periódico, muitas das quais questionaram o binómio público-privado ou refletiram sobre a transgressão feminina. Embora a revista tenha começado por expressar pontos

de vista comuns ao feminismo reformista ou, de uma forma estratégica, tenha dado destaque a personalidades de relevo da “galáxia republicana”, o leque de questões tratadas vai-se alargando, avançando para formas plurais de pensamento utópico feminista ou para as suas interações com o anarquismo, focando a discriminação salarial ou a condição do operariado feminino, entre outros temas, mais ou menos fraturantes, da sociedade do tempo. Trata-se de um estudo que proporciona um leque amplo de referências e que recria um projeto de emancipação feminina que se declina, a várias vozes.

O texto de Isabel Drumond Braga subordinado ao título *O pouco e o muito à mesa na prosa de Irene Lisboa (1892-1858)* põe em diálogo a história com a literatura. Analisa, a partir de obras da mencionada escritora e pedagoga, o universo alimentar do Portugal estado-novista, partilhado entre criados e senhores, do período da 2ª Grande Guerra e dos anos imediatamente anteriores. Tendo vivido grande parte da sua vida no Estado Novo, a escritora conheceu bem a realidade material desse tempo que denuncia com sensibilidade nas suas obras. Neste texto, a autora do artigo recolhe testemunhos e vestígios sobre alimentação e/ou costumes alimentares que a escritora aborda em algumas das suas obras, sobretudo relativos aos criados das casas ou das quintas onde viveu, em ambiente urbano ou rural, para nos revelar os paradigmas e os contrastes sociais, desenhando um quadro realista da época. Em tempos de racionamento, de grande escassez de produtos alimentares, em que a palavra de ordem, ao nível do discurso oficial, era só uma – poupar, reutilizar, evitar o desperdício – a comida dos pobres era parca. Como refere a autora limitava-se a pão de milho, batatas e um bocado de conduto. Excelente conhecedora da problemática alimentar, Isabel Drumond Braga debruça-se sobre as refeições e dietas alimentares de vários grupos populares, das criadas e das mulheres a dias, em meio doméstico ou hospitalar, na cidade ou no campo, nas tabernas ou nas hortas alfacinhas, em idade ativa ou na velhice, detendo-se com maior pormenor no consumo do vinho e no problema do alcoolismo. “A criadagem, apresentada na obra literária de Irene Lisboa, é sinónimo de pobreza”, conclui a autora do artigo, sendo o vocábulo “pouco”, a palavra que melhor define a sua alimentação.

A literatura também é a fonte principal do texto de Manuela Sofia Silva, autora do artigo intitulado *Do homem a praça, da mulher a casa: denúncia e crítica social em Novas Cartas Portuguesas*, livro redigido a seis mãos por Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta. A autora analisa o contributo desta obra emblemática da luta das mulheres pela liberdade e igualdade de direitos, considerada por alguns autores como “o primeiro manifesto feminista português”, na denúncia e na crítica social da condição das mulheres ao tempo em que foi redigida, ou seja, o início dos anos 1970.

Partindo-se do princípio de que a literatura veicula valores, implícitos ou explícitos, a obra das três Marias, como também era conhecida, abre um debate em torno da dominação masculina, do poder e das relações entre público e privado, tendo sido utilizada como um instrumento político e uma forma de combate: “arma de luta” é a expressão utilizada por Manuela Sofia Silva (p. 205). A autora deste texto interroga, por conseguinte, a obra quanto à situação das mulheres portuguesas sob o ponto de vista profissional, da igualdade salarial, do acesso ao emprego e ao direito à carreira, mas também sobre a sua função biológica. Uma obra que constituiu, ao tempo, uma verdadeira pedrada no charco e foi fundamental, como conclui a autora deste artigo, para “romper com a mentalidade conservadora portuguesa” (p. 205).

O texto de Cristina Somolinos Molina sobre *Movilización política, organización sindical y continuidades de la lucha de las camareras de piso. Diálogo entre Camarera de cinco Estrellas (1984) de Teresa Pamiès y narrativas testimoniales de la actualidad*, aborda uma problemática pouco tratada em termos historiográficos: a condição laboral das empregadas de quartos de hotéis, recorrendo, como metodologia de trabalho, ao cruzamento de uma obra literária com registos memorialistas. A partir da situação das trabalhadoras espanholas emigradas no estrangeiro, nos anos sessenta do século XX, tema central da referida obra de Teresa Pamiès, são traçadas as grandes linhas de evolução do mercado de trabalho no setor da hotelaria, muito em particular, a feminização da área da limpeza, realizada sobretudo por trabalhadoras emigrantes, bem como os problemas com que estas se debatiam: salários inferiores, discriminações, assédio sexual... A autora capta as suas vozes, pondo em diálogo trechos literários com registos de testemunhos, e explora a construção da sua cultura política e das formas de mobilização adotadas, em países estrangeiros, contra o regime franquista. Questionando o estereótipo associado à emigração feminina dos anos sessenta, o estudo mostra a capacidade de ação, a luta pelo reconhecimento de direitos das empregadas de limpeza dos hotéis, ao mesmo tempo, como escreve Cristina Molina, “que se constroem como sujeitos que lutam, resistem e afrontam as dificuldades e as violências a que estão sujeitas no dia a dia” (p. 229).

O dossier sobre Culturas de género encerra com o contributo, de carácter teórico, de Adriana Bebian, sobre *Estudios feministas e estudios de género: interdisciplinaridade e reconhecimento*. Nesse texto, a autora debate e reflete, como afirma nas primeiras páginas, sobre os “problemas, soluções e paradoxos” colocados pela interdisciplinaridade, a qual se encontra no âmago dos estudos de mulheres, dos estudos feministas e dos estudos de género. Ao longo do seu estudo revê as várias discussões teóricas que este campo epistemológico tem

suscitado e desconstrói significados que lhe estão associados. Tomando como estudo de caso o texto literário, interroga a sua posição como “lugar de fronteira e de troca”, questão sensível aos historiadores sempre preocupados com as linhas separadoras entre história e ficção e entre verdade e falsidade na construção do saber histórico. Reconsidera também a sua importância nos estudos das humanidades e da literatura em particular e problematiza as dificuldades que se colocam à produção de investigação interdisciplinar. Conclui que esses estudos “tendo por objetivo o reconhecimento pleno, continuam procurando novas formas nas suas práticas quotidianas de investigação” (p. 247), ou seja, encontram-se ainda num processo em curso, sendo o seu quadro de fundo um conjunto de possibilidades em aberto.

O conjunto das contribuições que se inclui neste dossier temático mostra, pois, as múltiplas direções tomadas pela história das mulheres e do género, nos últimos tempos, bem como o impacto do diálogo da história com outras áreas do conhecimento. Complementam o volume cinco estudos que incidem sobre temas da história contemporânea, muito em especial da história política, da história das ideias e da história intelectual, colocando também em ação alianças disciplinares, sobretudo entre história e filosofia.

Este volume da Revista obedece também ao propósito de homenagear a sua diretora, a docente universitária e investigadora Ana Cristina Bartolomeu Araújo, que, ao longo dos últimos anos, tem dedicado um empenhado e indiscutível esforço ao progresso, à internacionalização e ao prestígio da *Revista de História das Ideias*. Num período marcado por contingências difíceis e vicissitudes várias, a revista abriu-se à interdisciplinaridade, a várias línguas, ao acesso aberto, à edição on-line, e foi adaptada aos parâmetros internacionais de revistas científicas, estando, na atualidade, indexada em prestigiadas plataformas digitais internacionais.

Este número da *Revista de História das Ideias* é um bom exemplo de como pesquisar a história de género. Constitui uma leitura aconselhada a todos quantos se interessam pelas questões da história das mulheres e do género, pelas suas explicações históricas, pela história da cultura e, no fundo, pela história global.

IRENE VAQUINHAS

Universidade de Coimbra, CHSC, Faculdade de Letras

irenemcv@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1889-165X>

